

REAJUSTE DE SERVIDORES VOLTA A PLENÁRIO EM CLIMA TENSO

Projeto do governo Zema que aumenta os salários do funcionalismo será votado na manhã de hoje. Representantes das categorias convocam manifestação na Assembleia

BERNARDO ESTILLAC

A proposta de reajuste salarial aos servidores enviada pelo governador Romeu Zema (Novo) à Assembleia volta ao plenário para votação em primeiro turno na manhã de hoje. O texto do Executivo passou pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (FFO) na manhã de ontem com aprovação de parecer rejeitando todas as mais de 50 emendas apresentadas por parlamentares contrários aos 3,62% descritos no Projeto de Lei (PL) 2309/2024. A votação deve ser marcada por corredores cheios e protestos do funcionalismo público, dentro e fora da Assembleia.

O PL 2309/2024 começou a tramitar em 14 de maio na Assembleia. Na semana passada, o projeto ficou pronto para ir a plenário em primeiro turno. Na segunda-feira, 56 emendas foram apresentadas e o texto retornou à FFO. Todas as emendas foram rejeitadas pelo relator Zé Guilherme (PP) e a comissão formou maioria para aprovar o parecer.

Mesmo com o parecer negativo da FFO, os parlamentares que se opõem à proposta de Zema vão pedir a apreciação destacada de emendas específicas. Três delas tratam sobre propostas que majoram o percentual de reajuste. Os deputados trazem nelas propostas para autorizar que o governo amplie o percentual para 5,79%; 4,62%; e 10,67%. As taxas se referem, respectivamente, às perdas inflacionárias de 2022, 2023 e dos dois anos somados.

As emendas são do tipo autorizativo, ou seja, na prática elas dão ao governo uma liberação para propor um novo reajuste com as bases apresentadas. A proposta ainda assegura que a Lei de Responsabilidade Fiscal não impede que o reajuste seja majorado, já que a legislação não veda a recomposição por perdas inflacionárias.

De acordo com o Sindicato dos Servidores da Tributação, Fiscalização e Arrecadação do Estado de Minas Gerais (Sinfazfisco-MG), a inflação acumulada em 2022 e 2023, período ao qual se refere o projeto de Zema, foi de 10,67%. Desta forma, o reajuste proposto pelo PL 2309/2024 cobre apenas cerca de 1/3 das perdas inflacionárias.

NEGOCIAÇÕES

Segundo a deputada Beatriz Cerqueira (PT), todas as três adições propostas ao texto para adequá-lo às perdas inflacionárias serão objeto de diálogo. De acordo com ela, os parlamen-



PROJETO DO REAJUSTE PASSOU ONTEM PELA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA SOB PROTESTOS DE SERVIDORES PÚBLICOS

3,62%

PROPOSTA DE REAJUSTE DO GOVERNO ZEMA AOS SERVIDORES QUE IRÁ A PLENÁRIO HOJE

tares da oposição trabalharão no intervalo de 24 horas entre a FFO e a votação em primeiro turno, para conseguir angariar votos dos grupos independentes e governistas.

“As três propostas de emenda são importantes. Vamos levá-la à disputa e tentar convencer os colegas daquela que tivermos melhores condições e votos para além do próprio bloco (Democracia e Luta, bancada de oposição). O bloco tem 20 parlamentares, número que não aprova uma emenda. Nós precisamos de convencer mais colegas. O que o governo está propondo é inaceitável”, disse a deputada. Caso as emendas não sejam aprovadas nesta quarta, ainda há chances de acordos entre os líderes de blocos da Casa resultarem em novas adições ao texto original entre os dois turnos do plenário.

A aposta na sensibilização de parlamentares da base governista está no cerne das convocações das manifestações dos servidores, que prometem a galeria cheia durante a votação. Durante a sessão na FFO e em entrevista após a comissão, o deputado Sargento Rodrigues (PL) anunciou campanha para que os servidores utilizem os e-mails oficiais e as redes sociais para reivindicar que os deputados aprovem as emendas apresentadas.

Rodrigues ainda falou sobre a expectativa de que, uma vez aprovadas as emendas autorizativas, o Executivo aceite as recomendações da Assembleia e coloque em prática os reajustes com novo percentual. O deputado se diz confiante, mas vislumbra uma represália dos servidores no caso de uma negativa de Romeu Zema. “Eu tenho a convicção de que, se a As-

sembleia aprovar os 10,67%, o governador vai sancionar e vai aplicar. Primeiro porque não há vedação nem na Lei de Responsabilidade Fiscal e nem na lei que disciplina o Regime de Recuperação Fiscal (RRF). E apenas a inflação de 2022 e 2023. Caso ele não o faça, poderá ter uma reação em cadeia de todos os servidores públicos do estado, com paralisações de todos os serviços públicos. Acredito que não é o que o governo deseja no momento”, disse.

FORÇAS DE SEGURANÇA

Presente na FFO desta terça, o presidente do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil (Sindpol-MG), Wemerson Oliveira, falou sobre a mobilização dos agentes e os próximos passos caso o percentual de reajuste proposto pelo governo não seja revisto. “Nós temos outros planos e ações a serem seguidas no estado que vão, literalmente, paralisar os serviços dentro de Minas Gerais. Os policiais não precisam entrar em greve hoje em Minas com as péssimas condições que o governador do estado dá para o nosso trabalho. Eu falo em especial dos policiais civis. A gente precisa tirar dinheiro do próprio bolso para consertar viaturas, para comprar papel para imprimir boletim de ocorrência para a população, para armar as impressoras e os computadores, para comprar água para consumo dentro das delegacias. Então nós vamos parar de fazer isso e assim, com certeza, o serviço de segurança pública no estado de Minas Gerais vai parar”, afirmou Oliveira. ■

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política Pagina: 3